

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: PERCURSOS E PERCALÇOS

Djanira Ribeiro Santana

djanira-santana@hotmail.com

Pedagoga e Especialista em Educação Infantil

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Itapetinga. Brasil

Data de recebimento: 02/05/2011 - Data de aprovação: 31/05/2011

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que teve como referência a leitura de autores relevantes para o tema em estudo como: Áries, Rousseau, Nunes, Kuhlmann Júnior, Farias, Arce, Bastos, dentre outros. O seu objetivo é apresentar uma breve análise da história da Infância e Educação Infantil brasileira abordando as diferentes etapas desde a implantação da Pedagogia Jesuítica, passando pelo assistencialismo prestado pela Roda dos Expostos, pela criação das creches e dos jardins de infância, pelo movimento de luta em prol da redemocratização política até a promulgação da Constituição de 1988 quando a criança passou a ser considerada como cidadã possuidora de direitos. Durante esse percurso é perceptível o descaso para com a educação das crianças pequenas, a formação, qualificação e valorização dos professores que atuam nessa área. Outro fato relevante aqui apresentado foi a inauguração de uma nova concepção de infância surgida na Europa, nos séculos XVII e XVIII, pelos autores Froebel, Rousseau e Pestalozzi, na qual a criança passa a ser vista como um ser bom por natureza e a sua inocência, liberdade e direito de brincar precisam ser respeitados. Espera-se que, ao ser socializado, esse artigo possa contribuir para fomentar o debate acerca da necessidade de se oferecer formação de qualidade para os professores que atuam na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. História Social da Infância. Formação de Professores.

INFANCY AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN BRAZIL: PATHWAYS AND PITFALLS

ABSTRACT

This article is the result of a bibliographic reference was to the reading of authors relevant to the topic under study as: Aries, Rousseau, Nunes, Kuhlmann, Jr., f, Arce, Bastos and others. Its purpose is to present a brief analysis of the history of Children and Early Childhood Education Brazilian addressing the various stages of deployment the sediment Jesuit pedagogy, through the welfare provided by the Wheel of Exposed, by the creation of nurseries and kindergartens, the movement of struggle for democratization of politics until the promulgation of the 1988 Constitution when the child came to be regarded as citizens having rights. During this course is noticeable disregard for the education of young children, training, qualification and development of teachers working in this area. Another important fact presented here was the inauguration of a new conception of childhood that emerged in Europe in the

seventeenth and eighteenth centuries, the authors Froebel, Pestalozzi and Rousseau, in which the child comes to be seen as a being good by nature and your innocence, freedom and right to play must be respected. It is hoped that by this article may be socialized to deepen the debate about the need to offer quality training for teachers working in kindergarten.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Social History of Childhood. Teacher Education.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a educação infantil tem sido tratada com descaso pelo poder público e vista pela sociedade como uma fase na qual a criança vai para a escola apenas para usufruir de uma assistência social (em creches) e para brincar ou para ser preparada para o ingresso no Ensino Fundamental (na pré-escola). Vista sob esse prisma os profissionais que atuam nessa área “não precisam” de formação específica.

Percebe-se, então, que no Brasil a formação dos profissionais da educação infantil é insuficiente para preparar o professor oferecendo-lhes os subsídios teóricos necessários a um conhecimento da criança em seus aspectos biológico, psicológico, afetivo, histórico e sócio-culturais. Esses conhecimentos são essenciais para que o professor compreenda a relevância do seu papel na formação cidadã dessas crianças reconhecendo-as como seres sociais e contribuindo para o desenvolvimento e a construção da identidade e autonomia das mesmas.

É de fundamental relevância que o professor da educação infantil tenha uma formação que o coloque em contato com outras áreas do conhecimento que estudam e conhecem a criança. Tais conhecimentos favorecerão o desenvolvimento de suas atividades com as crianças pequenas reconhecendo suas necessidades desde bebês, auxiliando-o na organização e planejamento de ambientes promotores de desenvolvimento, socialização e aprendizagem das crianças de zero a cinco anos. Segundo CARVALHO (2003) é necessário que o professor conheça Antropologia, Sociologia e outras ciências que lhes favoreçam uma visão ampla da criança enquanto sujeito sócio-cultural.

Esse artigo tem por objetivo abordar um pouco da História da Educação Infantil Brasileira e a dificuldade encontrada pela maioria dos professores de educação infantil em desempenhar um trabalho de qualidade com as crianças pequenas devido à escassez de políticas públicas direcionadas à formação desses profissionais, bem como sua desvalorização enquanto profissional da educação.

O trabalho aqui apresentado é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a História da Educação Infantil Brasileira. Para isso, foram realizadas várias leituras acerca da temática sobre Formação de Professores para a Educação Infantil no Brasil: percursos e percalços, tomando como referência o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e autores consagrados na área da Infância como: Áries, Rousseau, Farias, kuhlmann Júnior, Arce, Nunes, Carvalho, dentre outros. Assim, inicialmente, será apresentada a trajetória histórica da criança no Brasil desde a época colonial com a chegada dos portugueses, passando pelo primeiro sistema educacional criado pelos padres jesuítas até o surgimento das primeiras formas de atendimento à criança carente através da Roda dos Expostos em 1726.

Em seguida, trata das formas diferenciadas de educação infantil surgidas no Brasil, de um lado a criação dos Jardins de Infância para as crianças da elite, do outro a creche como instituição filantrópica para prestar atendimento assistencialista às crianças oriundas da população pobre, cujas mães precisavam trabalhar fora de casa.

Posteriormente, será abordada a questão da dicotomia entre o cuidar e o educar presentes nas Instituições de Educação Infantil e que determinam as relações de poder entre professoras e auxiliares. Outros fatos importantes também serão discutidos aqui como: os movimentos das décadas de 70 e 80; Constituição de 1988; promulgação da Lei nº. 9394/96 e o Referencial Nacional para a Educação Infantil.

Espera-se que a temática aqui refletida ao ser socializada possa contribuir para uma reflexão acerca da melhoria na qualidade da Educação Infantil através da conscientização sobre a importância de se investir em políticas públicas de formação e valorização dos profissionais que atuam nessa área.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A trajetória da Criança e da Educação Infantil Brasileira tem sido estigmatizada pelo descaso, desde a chegada dos portugueses ao Brasil. As primeiras embarcações que aqui chegaram traziam crianças e adolescentes marcadas pela violência que sofriam nessas viagens. Elas eram vítimas de assédio sexual, estupro, fome, trabalhos forçados e toda espécie de humilhações e castigos físicos. Além disso, segundo LOPES (2005), em caso de naufrágios não havia prioridade para salvar as crianças, e aquelas que sobreviviam corriam sérios riscos de serem escravizadas ou vendidas no caso da embarcação ser atacada por piratas.

Segundo LOPES (2005), as crianças que embarcavam para o Brasil eram divididas de acordo com sua classe social em três grupos: grumetes, órfãs do rei, e pajens. Os grumetes eram recrutados entre as famílias de menor poder aquisitivo, realizavam os piores trabalhos e sofriam os castigos mais severos; as órfãs do rei eram enviadas para o casamento devido à escassez de mulheres brancas no Brasil, e com frequência eram violentadas pela tripulação; e os pajens, por serem originários de famílias médias e urbanas, desfrutavam de melhores condições de trabalho e usufruíam de proteção a bordo.

Com o início do processo de colonização do Brasil e a chegada dos padres jesuítas em 1549, nasce sob a égide portuguesa o primeiro sistema educacional brasileiro. A pedagogia jesuítica é direcionada pelo *Ratio Studiorum* (conjunto de regras e métodos educacionais que rege as práticas pedagógicas dos jesuítas), fundamentada no cristianismo e tem uma concepção de criança santificada que deve imitar o menino Jesus. Os jesuítas tinham como objetivo principal divulgar o catolicismo e converter os nativos à fé cristã. Por isso, eles preferiram catequizar as crianças pequenas para que elas influenciassem seus familiares. Na visão jesuítica, segundo FARIAS (2005), a alma infantil era considerada um “papel em branco”, uma “tabula rasa”, uma “cera virgem”, facilmente moldável, na qual qualquer coisa poderia ser escrita.

A instrução que os jesuítas destinavam aos curumins era muito mais aculturação do que educação propriamente dita. Esta era oferecida aos filhos dos colonizadores que além de aprender a ler, escrever e contar cursava Letras,

Ciências e Filosofia; aqueles que desejavam seguir a carreira religiosa estudavam Teologia e os demais iam para a Universidade de Coimbra em Portugal.

Enquanto que à criança indígena era oferecido algum tipo de instrução, mesmo que fosse apenas para impregná-la da cultura portuguesa, às crianças escravas nenhum tipo de educação lhes era oferecido. A estas estava destinado o trabalho a partir dos cinco a seis anos. Época em que a criança branca ia para a escola, as negras começavam a realizar pequenos trabalhos.

É notável o descaso desse primeiro sistema educacional implantado no Brasil Colônia para com a educação das crianças pequenas, em especial as de classe social menos favorecida, que foram por ele excluídas ou simplesmente usadas em prol de seus interesses. Sua pedagogia caracterizada pela rígida disciplina agostiniana e marcada pelos castigos físicos e psicológicos desconsiderava a criança em seus aspectos afetivo, social, histórico-cultural para considerá-la apenas como ser puramente cognitivo. A criança era ignorada como um ser intelectualmente capaz de produzir conhecimentos, entretanto vista como receptora das informações transmitidas pelos jesuítas.

Todo o período colonial brasileiro foi marcado pela ausência de uma concepção de infância que assegurasse às crianças o direito de serem efetivamente crianças, vivendo em companhia de suas famílias e tendo acesso à alimentação de qualidade, moradia digna, saúde e educação sem distinção social ou racial. Ainda nesse período, segundo FARIAS (2005) surge a primeira forma de assistência à criança abandonada. Era um auxílio prestado à criança enjeitada pelas câmaras municipais através da contratação das amas - de leite que cuidavam delas. Em seguida, foi fundada em 1726 a primeira Roda ou Casa dos Expostos que recebia crianças ainda bebês sem discriminação racial.

Apesar da Casa dos Expostos ter sido uma instituição do Brasil Colonial que acolhia as crianças enjeitadas e tinha como princípio de educação a subalternização do trabalho infantil, seus resquícios estiveram presentes durante muitas décadas em leis que foram criadas para a proteção de crianças e adolescentes. Apenas deram nova roupagem ao modelo educacional da Casa dos Expostos, mas continuaram reconhecendo e aceitando a exploração do trabalho infantil como um meio de retirar das ruas brasileiras as crianças e adolescentes consideradas menores abandonadas evitando, assim, que elas se transformassem numa ameaça para a sociedade.

Uma dessas leis segundo NUNES (2005), foi o Código de Menores de 1927 ele era higienista e via o menor como um incômodo à sociedade, daí a necessidade de se realizar uma assepsia social e racial através da mercantilização do trabalho infantil como forma de proteção para os menores abandonados e da reclusão social para os vadios e delinquentes que representavam um perigo para a sociedade burguesa. Ao serem vistos sob o rótulo de abandonados e delinquentes, essas crianças e adolescentes não eram respeitados como cidadãos de direito e, portanto, estavam excluídos do sistema educacional.

Enquanto na Europa entre 1843 e 1844 surgiram os primeiros Kindergarten (jardim de infância) na Alemanha fundados por Froebel, e se espalharam por todo o continente europeu, no Brasil ainda não se falava em instituições escolares direcionadas a crianças menores de sete anos. Contudo, em 1875, segundo BASTOS (2001), surgiu o primeiro Jardim de Infância no Rio de Janeiro fundado pelo médico Joaquim José Meneses Vieira e sua esposa D.Carlotia. Essa instituição era inspirada na concepção educacional froebeliana e direcionada às crianças da elite, do sexo masculino de três a seis anos.

No Brasil, quem primeiro direcionou o olhar para a infância foram os médicos higienistas, devido ao alto índice de mortalidade infantil. A partir daí, a educação infantil esteve ao longo de sua trajetória aliada às questões de saúde e ao assistencialismo. As creches começaram a ser implantadas sob direção filantrópica e inspiradas nas creches francesas. Sua finalidade era prestar assistência às crianças pobres de zero a dois anos, cujas mães trabalhavam fora do lar. Ao saírem das creches essas crianças ingressavam nas salas de asilos onde permaneciam sendo socialmente assistidas até os sete anos. Portanto, vista sob essa ótica, não se requeria formação específica para as pessoas que cuidavam das crianças. Percebe-se claramente o paradoxo entre o jardim de infância ofertado à criança de classe alta, na qual lhe era ensinado música, ginástica, cálculo, leitura, escrita dentre outras atividades desenvolvidas, enquanto que à criança oriunda das classes populares era ofertada apenas uma assistência social.

Até o final do século XIX e início do século XX não houve nenhuma intenção genuinamente educacional voltada para as crianças de zero a seis anos. De fato o que existia era um grupo de profissionais de diferentes áreas como: médico-higienista, jurídico-policial e religiosa que aliadas a uma associação de senhoras caridosas estavam preocupadas em oferecer assistência às crianças pobres, mães trabalhadoras, gestantes e nutrízes. Raramente é mencionada a presença de profissionais da educação envolvidos nesses eventos e projetos direcionados para a infância. Fato esse que denota a desvinculação entre as instituições que atendem a criança pequena e os professores.

Segundo KUHLMANN (1998), os preconizadores das creches as consideravam um mal necessário e viam a pobreza como uma ameaça às elites. O que torna evidente a existência de uma política de segmentação em relação à pobreza, na qual lhes era negado os direitos básicos do cidadão como: habitação, saneamento básico, saúde, educação e cultura dentre outros. Essa carência de políticas sociais que promovessem condições de vida digna às classes menos favorecidas precipitava essas classes às margens da sociedade contribuindo para o aparecimento da infância abandonada.

Em 1896 foi criado pelo então governador de São Paulo, Bernardino de Campos, de acordo com KUHLMANN (1998), o primeiro jardim da infância público do país denominado Jardim da Infância Caetano de Campos. O mesmo era situado em anexo ao prédio da Escola Normal que oferecia formação em magistério inspirada na concepção de educação de Pestalozzi. Embora esse jardim de infância tenha sido público, a elite foi favorecida ao ter prioridade nas matrículas de modo que essa escola durante muitos anos foi considerada modelo e frequentada prioritariamente pelas crianças da elite paulistana. Tal fato denota uma escassez histórica de políticas públicas direcionadas ao atendimento das classes menos favorecidas, além do abuso de poder na administração dos recursos públicos, uma vez que atendia a minoria da população.

A Educação Infantil tem sido marcada pelo dualismo. De um lado encontra-se um problema de natureza política externo à instituição, é a segregação social que delimita um modelo de educação para as crianças de classe alta e outro para as crianças de classes populares (o público e o privado). Do outro o problema é de ordem pedagógica e acontece no interior das instituições escolares infantis, é a divisão entre o cuidar e o educar (a professora e a auxiliar).

Quanto a este último problema, é importante salientar que há uma discriminação quanto à função da professora e da auxiliar de classe que devem ser analisadas. O cuidado e a educação de crianças pequenas ao longo de sua

constituição histórica estiveram diretamente ligados a maternagem, ou seja, para ser professora da educação infantil bastava ser mulher dispensando assim a necessidade de uma formação específica para o exercício do magistério. Em seu romance Leonardo e Gertrudes, Pestalozzi exalta o papel da mãe na educação dos filhos, esta era vista por ele como a rainha do lar e a única apta para educar as crianças (ARCE, 2002, p.115).

[...] Como se viu, a figura de Gertrudes representa muito bem o ideal de mulher/mãe preconizado pela burguesia, adaptado à situação das classes mais pobres. Gertrudes possui muitas funções, mas as principais residem na de esposa de moral inabalável e de mãe educadora perspicaz e nata para a primeira infância, sendo o amor angelical/maternal e a temperança os alicerces de sua personalidade. [...] A criança também aparece como um ser importante, e sua educação, o centro da vida do casal, principalmente da mulher que, aqui, efetivamente se ocupa da educação da primeira infância.

Esse fato teve como consequência a existência de uma dicotomia entre o cuidar e o educar no interior das Instituições de Educação Infantil, em especial nas creches, onde as atividades ligadas ao cuidado com o corpo como alimentar, dar banho, trocar a fralda e colocar para dormir são desvalorizadas. Enquanto que as atividades consideradas pedagógicas são reconhecidas como mais importantes e merecedoras de maior atenção. Essa diferenciação entre cuidado e educação passou a determinar as relações de poder nessas instituições. De um lado, estão as professoras que por serem formadas se ocupam exclusivamente das atividades pedagógicas exercendo função educativa com carga horária menor e salário melhor. Do outro lado, estão as auxiliares que desempenham as atividades do cuidado com a criança, as quais apresentam um nível menor de escolaridade e recebem um salário menor do que o das professoras.

Segundo ANGOTTI (2008), é notável a existência de uma supervalorização por parte dos professores ao ato de educar como aquisição de escrita e leitura em detrimento da importância do ato de cuidar das crianças. Sendo a Educação Infantil reconhecida como primeira etapa da Educação Básica cuja finalidade é promover o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos e a criança um ser que possui necessidades biológicas, sociais, afetivas e cognitivas dentre outras, ela não pode ser atendida apenas em sua dimensão cognitiva. Cuidar e educar deve caminhar simultaneamente e de modo indissociável, promovendo o atendimento integral à criança. Faz-se necessário a existência de uma política nacional séria e comprometida com a educação infantil e com a formação dos profissionais que atuam nessa área. Os mesmos devem estar preparados para prestar à criança um atendimento educacional de qualidade que respeite a integração entre o cuidar e o educar na formação cidadã dessa criança.

A educação sistemática ou assistemática oferecida à criança menor de sete anos tem passado por transformações ao longo de seu percurso de acordo o contexto histórico e com a concepção de infância na qual está inserida. Na Idade Média, por exemplo, era inexistente o sentimento de infância, segundo ÁRIES (1981) as crianças eram vistas como adultos em miniatura, às quais lhes eram oferecidos apenas os cuidados necessários à sua sobrevivência como descendente do ser humano.

UM NOVO OLHAR SOBRE A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos séculos XVII e XVIII com o declínio da sociedade medieval e o advento das idéias iluministas que alicerçariam a ideologia política da Revolução Francesa houve uma mudança de paradigma na sociedade feudal européia. Foram estabelecidos novos modelos de família, religião e educação, o divórcio passou a ser aceito, a moral religiosa foi reduzida e a educação ganhou importância, pois ela seria a grande responsável pela formação do novo cidadão. A partir daí, conforme ARCE (2002), novas concepções de infância surgiram na Europa com autores como: Rousseau, Pestalozzi e Froebel que foram precursores de uma educação direcionada às crianças em idade pré-escolar.

Em uma época anterior à Psicologia esses três autores desenvolveram papel de fundamental importância para o conhecimento e a compreensão da criança enquanto ser humano em seus aspectos psicológicos, afetivos e cognitivos. Rousseau, Pestalozzi e Froebel viam a criança como um ser genuinamente bom por natureza e consideravam a infância como uma fase importante para o desenvolvimento da criança e a sua formação enquanto futuro cidadão. Daí, a importância de uma educação que respeite sua liberdade, preserve sua inocência e lhes assegure o direito de brincar e viver sua infância. Rousseau em seu livro *Emílio ou Da Educação* diz (ROUSSEAU, 1995 p. 61):

Amai a infância; favorecei seus jogos, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não se sentiu saudosos, às vezes, dessa idade em que o riso está sempre nos lábios e a alma sempre em paz? Por que arrancar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que lhes escapa, de um bem tão precioso de que não podem abusar?

Pestalozzi e Froebel valorizavam a brincadeira na infância considerando-a essencial para o desenvolvimento humano e auxiliador na educação ao contribuir significativamente para a aprendizagem das crianças. ARCE (2002), discutindo a obra de Froebel *Pedagogia dos jardins-de-infância*, argumenta que ele criou alguns brinquedos, chamados por ele de “dons”, para facilitar a brincadeira entre as crianças sem interferir em seu desenvolvimento natural.

Percebe-se o quanto esses autores tiveram um papel relevante para a educação infantil ao revolucionarem a visão de infância da sua época e apresentarem àquela sociedade uma criança que precisa ter a sua infância respeitada e valorizada como uma importante etapa para o seu desenvolvimento.

Enquanto que na Europa, em países como a França, há mais de um século vem se desenvolvendo uma visão de infância como uma etapa importante da vida humana através da popularização dos jardins-de-infância que prestam atendimento público e gratuito a todas as crianças independentemente de sua condição social, assegurando às mesmas o direito a uma educação cidadã. No Brasil, ainda estamos dando os primeiros passos em busca dessa conquista.

Entre o final da década de 70 e início de 80, após mais de dez anos de ditadura militar marcada pela prioridade da política econômica em detrimento das políticas sociais houve um crescimento dos movimentos populares. A sociedade civil se organizou e foi para as ruas lutar pelo fim da ditadura militar e exigir direitos sociais, entre eles, segundo Carvalho (2003), o Movimento de Luta por Creches, reivindicando a participação do Estado na criação e na manutenção dessa instituição.

A partir daí surgiu um novo olhar sobre a criança e a educação infantil. A primeira deixou de ser vista como objeto de benevolência, e passou a ser vista como cidadã que tem seus direitos assegurados pela Constituição. Enquanto que a segunda passou a ser reconhecida pelo Estado como um direito a ser ofertado pelo mesmo através de creches e pré-escolas para todas as crianças de zero a seis anos.

Segundo a Revista editada pelo MEC de 1982, a criança resulta de uma combinação entre o biológico e o ambiente no qual vive. Considerando que os primeiros anos de vida são determinantes na formação da personalidade da criança, o estado de carência alimentar, afetiva, médica e sócio-cultural em que viviam milhares de crianças brasileiras e o alto índice de mortalidade infantil o governo se comprometeu em ofertar assistência social às crianças menores de sete anos através da Educação Pré-Escolar.

Para isso, o atendimento ao pré-escolar passou a ser responsabilidade de uma ação integrada dos setores de educação-saúde-alimentação e assistência social. Ao analisar esse mesmo documento encontra-se certa ausência de clareza, pois a autora afirma que o profissional para atuar na pré-escola necessita ter conhecimentos sobre as fases do desenvolvimento infantil para saber quando e como melhor interferir ao propor atividades para as crianças. Além disso, deve conhecer as características físicas, psicológicas e emocionais de seus alunos. No entanto, no documento não está explícito como se dará a formação do professor que irá atuar na pré-escola. Veja o que diz o documento (BRASIL, 1982, p 06, 07):

Quanto menor a criança, melhor tem que ser o educador. Não necessariamente no grau de escolaridade, mas pela qualificação para esse atendimento. Diante “de um programa de educação pré-escolar de massa, vamos exigir o” “especialista” com formação a nível de 2º grau ou superior, ou vamos qualificar pessoas da comunidade para participarem do atendimento educacional aos pré-escolares? [...], eis outro grande desafio para as agências envolvidas no programa nacional de educação pré-escolar —capacitar corretamente os monitores que vão atender nossas crianças.

Diante disso, ficam as perguntas: O que significa melhor educador não necessariamente no grau de escolaridade? Por que a autora usou o termo “programa de educação pré-escolar de massa”? Como o professor irá desempenhar bem sua função se não estiver bem preparado profissionalmente? Nota-se o descaso para com a formação dos profissionais da educação infantil, uma vez que, não há por parte do poder público um compromisso com a qualidade da educação oferecida às crianças de zero a seis anos provenientes das classes populares, elas não são vistas nem tratadas como cidadãs. Para o Estado, qualquer pessoa independente de sua formação, poderá assumir a sala de aula na pré-escola, pois a preocupação dele é promover o assistencialismo e não a cidadania dessas crianças.

Várias mobilizações foram realizadas pelos diversos segmentos da sociedade civil em defesa do direito da educação das crianças de zero a seis anos. Com a crescente industrialização e urbanização do país, as mulheres ingressaram em massa no mercado de trabalho, fato este que também contribuiu para a luta em prol da concretização dos direitos dessas crianças a terem uma educação de qualidade e desvinculada do assistencialismo. Apesar de tudo isso, só em 1988, com a promulgação da Constituição a educação infantil passou a ser reconhecida como um direito das crianças. Mas a sua efetivação não seria tão simples assim, pois não havia uma política nacional voltada para o investimento em recursos

financeiros, técnicos, formação e valorização dos profissionais que atuavam na educação infantil.

A partir daí, outros documentos e leis foram elaborados tendo por finalidade refletir sobre a educação infantil. Em 1990, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA; em 1994 o MEC elaborou um documento intitulado *Política Nacional de Educação Infantil* que relatava a real situação da educação infantil no país, em 1996 foi promulgada LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na qual o trabalho pedagógico na educação infantil ganhou nova dimensão no âmbito educacional e em 1998 foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil com o objetivo de discutir sobre a educação infantil e investir em políticas públicas destinadas à aplicação de recursos financeiros que viabilizassem uma educação infantil de qualidade. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998. p. 39).

Embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições bastante precárias. Se na pré-escola, constata-se ainda hoje, uma pequena parcela de profissionais considerados leigos, nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista etc.

Essas realizações embora tenham representado um avanço significativo na conquista dos direitos das crianças pequenas, não apresentaram propostas concretas para a formação e qualificação dos professores da Educação Infantil. A Lei nº. 9.394/96 integrou a Educação Infantil à Educação Básica e em seu Art. 29 determina que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Percebe-se que não há uma obrigatoriedade do Estado em garantir que as crianças de zero a seis anos estejam efetivamente na escola, a lei é clara cabe ao Estado complementar a ação da família e da comunidade; bem diferente da seriedade com que é tratado o Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Fundamental veja o que diz a LDB em seu Art.32 “O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública [...]”. Mais uma vez se evidencia o descaso com a Educação Infantil ao ser colocada à margem das demais etapas da Educação Básica. Embora, esse artigo tenha sido revogado pela Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 que institui o ensino fundamental de nove anos as crianças de zero a cinco anos continuaram excluídas da obrigatoriedade do ensino público e gratuito.

De acordo com a nova lei a criança de seis anos passa a ser inserida no Ensino Fundamental que teve sua duração ampliada de seis para nove anos de escolaridade obrigatória. Mas para que essa lei se torne legítima e efetiva faz-se necessário que a escola esteja preparada enquanto espaço educativo, administrativo, formação de professores e demais profissionais envolvidos no

processo pedagógico que garantam a essa criança de seis anos o sucesso de seu ingresso na escola e a permanência da mesma.

Com a implementação da Lei nº 11.274/2006, haverá uma inclusão em massa das crianças oriundas das classes populares no sistema educacional, mas essa não poderá ser mais uma lei no cenário educacional brasileiro para engrossar os dados dos censos escolares. É preciso que essas crianças sejam consideradas em seus aspectos sociais, psicológicos, culturais, cognitivos, emocionais e intelectuais, e que seus direitos enquanto pequenas cidadãs sejam respeitadas.

No Brasil, antes da Constituição de 1988, a criança ainda não era reconhecida como cidadã possuidora de direitos assegurados por lei, enquanto na França por volta de 1870 as salas de asilo eram abertas ao público independente das mães trabalharem ou não fora de casa e já havia intenção de elevar a criança oriunda da classe proletária à categoria de cidadã. Segundo PARDAL (2005), a França já atingiu seu objetivo, mas o Brasil ainda está caminhando em direção a essa importante conquista social. Muitos são os desafios que precisam ser superados na busca por uma Educação Infantil de qualidade, um dos maiores problemas presente nessa etapa educacional é a escassez de políticas de formação específica para os professores de creches e pré-escolas. Apesar de todos os esforços no sentido de transformar essa realidade, ainda não foi possível sanar todas as dificuldades, mas as realizações até aqui conquistadas representaram um avanço significativo na conquista dos direitos das crianças de zero a cinco anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da realização desse trabalho pode-se perceber o quanto a infância brasileira tem sido negligenciada no transcorrer de sua história. Tratada com indiferença desde a chegada dos portugueses, ignorada não só pelo Estado, mas também pela sua própria família que na maioria das vezes lhes ofereciam apenas os cuidados necessários à sobrevivência. O fato da Educação Infantil ter sido desde sua gênese marcada pela segregação social e racial tem contribuído muito para que ela continue sendo, ainda hoje, uma educação dualista, na qual a maioria das crianças provenientes das camadas populares continua excluída do direito a uma educação infantil de qualidade.

É interessante observar que nas últimas duas décadas, Leis e documentos importantes foram criados visando assegurar o direito das crianças de zero a seis anos à educação infantil. Todavia, esses documentos não determinam a obrigatoriedade do governo de ofertar escolas gratuitas a todas essas crianças, nem apresentam programas de formação específica para os professores das creches e pré-escolas.

Nesse sentido, é necessário que a Educação Infantil e a formação de seus profissionais sejam reconhecidas de fato como prioridade das políticas de educação nacional. Apesar de conquistas importantes terem sido alcançadas no campo da educação infantil, ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca de uma política educacional verdadeiramente comprometida com a formação, qualificação e valorização dos profissionais que atuam na educação de crianças de zero a cinco anos.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação Infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2008.

ARCE, Alessandra. **A Pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Traduzido por Dora. Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASTOS, Maria Helena Camara. Jardim de Crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Em aberto**. MEC/INEP. Brasília, Mar.1982.

_____. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. BEAUCHAMP, Jeanate, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia. R. do (Orgs). Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis de. **Educação infantil**: percursos, percalços, dilemas e perspectivas. Ilhéus: Editus, 2003.

FARIAS Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pajens, órfãs do rei e outras crianças migrantes. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NUNES, Deise Gonçalves. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PARDAL, Maria Vitória de Carvalho. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou Da educação**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.